



PROJETO MÚSICA E ARTE AFROCENTRADA: DIFUNDINDO AS TRAJETÓRIAS DE MESTRAS E MESTRES DA CULTURA PERNAMBUCANA

Elizama Pereira Messias¹

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, PE, Brasil.

Clayton Marcio Hermes Pereira²

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, PE, Brasil.

Evelyn Carolina Lima de Santana³

*Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Recife, PE,
Brasil.*

Maria Lúcia Gomes dos Prazeres⁴

*Universidade Católica de Pernambuco, Departamento de Ciências da Religião, Recife,
PE, Brasil.*

Maria da Conceição dos Reis⁵

Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Recife, PE, Brasil.

Resumo:

¹Graduada em Pedagogia, Mestra em Educação, doutoranda em Educação, coordenadora pedagógica na Escola Municipal João Pernambuco e membro do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais. E-mail: elizama.messias@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1121-1458>.

² Graduado em Licenciatura em História, mestrando em Educação, coordenador executivo do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais. E-mail: clayton.marcio@ufpe.br e ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-6400-6484>

³ Graduanda em Comunicação Social com habilitação para Rádio, Tv e Internet pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: evelyn.carolinalima@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4694-8730>.

⁴ Mestra e Doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco; fundadora e atual coordenador de Educação do Movimento Negro Unificado de Pernambuco. E-mail: luciaprazeres101@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0332-7183>.

⁵ Doutora em Educação, professora Adjunta do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Pró-Reitora de Extensão e Cultura e líder do Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais. Email: maria.conceicao@ufpe.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5447-5069>.



Este artigo é fruto do projeto de extensão *Música e Arte Afrocentrada* (2022/2023), desenvolvido pelo Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais. O objetivo do texto é apresentar as ações do projeto e as discussões em torno da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e da Educação Patrimonial (EP). A base teórica do projeto e do artigo é a teoria da Afrocentricidade. A metodologia se baseia na tríade: pesquisa, criação e comunicação⁶, utilizando diferentes técnicas de coleta de dados e a linguagem da rádio e do design gráfico para criação artística. Os resultados demonstram a importância da articulação entre a ERER e a EP em ações artísticas e pedagógicas de valorização do legado cultural de negros, negras e dos povos indígenas.

Palavras-Chave: Educação das Relações Étnico-Raciais; Educação Patrimonial; Afrocentricidade.

AFROCENTRIC MUSIC AND ART PROJECT: SPREADING THE TRAJECTORIES OF MASTERS OF PERNAMBUCO CULTURE

Abstract: This article is the result of the Afrocentered Music and Art extension project (2022/2023), developed by the Ethnic-Racial Relations Education Laboratory. The aim of the text is to present the actions of the project and the discussions around Education for Ethnic-Racial Relations and Heritage Education. The theoretical basis of the project and the article is the theory of Afrocentricity. The methodology is based on the triad: research, creation and communication, using different data collection techniques and the language of radio and graphic design for artistic creation. The results demonstrate the importance of the link between Education for Ethnic-Racial Relations and Heritage Education in artistic and pedagogical actions to value the cultural legacy of black men and women and indigenous peoples.

Keywords: Education for Ethnic-Racial Relations; Heritage Education; Afrocentricity.

PROYECTO DE MÚSICA Y ARTE AFROCÉNTRICOS: DIFUNDIENDO LAS TRAYECTORIAS DE LOS MAESTROS DE LA CULTURA PERNAMBUCANA

Resumen: Este artículo es el resultado del proyecto de extensión de Música y Arte Afrocentradas (2022/2023), desarrollado por el Laboratorio de Educación para las Relaciones Étnico-Raciales. El objetivo del texto es presentar las acciones del proyecto y las discusiones en torno a la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales y la Educación Patrimonial. La base teórica del proyecto y del artículo es la teoría de la afrocentricidad. La metodología se basa en la tríada: investigación, creación y comunicación, utilizando diferentes técnicas de recogida de datos y el lenguaje de la radio y el diseño gráfico para la creación artística. Los resultados demuestran la importancia de la articulación entre la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales y la Educación Patrimonial en las acciones artísticas y pedagógicas para valorizar el legado cultural de los hombres y mujeres negros y de los pueblos indígenas.

⁶ Esta metodologia está em fase de sistematização e vem sendo desenvolvida ao longo dos cinco anos de atuação do Laberer. A mesma consiste na utilização dos princípios da pesquisa qualitativa através do uso de diferentes técnicas de coleta de dados para produzir conhecimento e fundamentar a criação de produtos artísticos que servirão para comunicar os saberes construídos, com ênfase em comunicação digital que poderá ser acessada pelo público em geral ou como material pedagógico para a educação das relações étnico-raciais em espaços formais e não formais de ensino.



Palabras-clave: Educación para las relaciones étnico-raciales; Educación patrimonial; Afrocentricidad.

PROJET DE MUSIQUE ET D'ART AFROCENTRIQUE : DIFFUSER LES TRAJECTOIRES DES MAÎTRES DE LA CULTURE DU PERNAMBOUC

Résumé: Cet article est le résultat du projet d'extension Musique et art afrocentrés (2022/2023), développé par le Laboratoire d'éducation aux relations ethno-raciales. L'objectif du texte est de présenter les actions du projet et les discussions autour de l'éducation aux relations ethno-raciales et de l'éducation au patrimoine. La base théorique du projet et de l'article est la théorie de l'afrocentricité. La méthodologie est basée sur la triade : recherche, création et communication, en utilisant différentes techniques de collecte de données et le langage de la radio et du design graphique pour la création artistique. Les résultats démontrent l'importance de l'articulation entre l'éducation aux relations ethno-raciales et de l'éducation au patrimoine dans les actions artistiques et pédagogiques pour valoriser l'héritage culturel des hommes et des femmes noirs et des peuples indigènes.

Mots-clés: Éducation aux relations ethniques et raciales; éducation au patrimoine; afrocentricité.

INTRODUÇÃO:

Este texto tem como objetivo refletir sobre a Educação Patrimonial (EP) e a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) através das ações desenvolvidas pelo Projeto *Música e Arte Afrocentrada* (Maafro) em sua última edição (2022/2023), tendo como embasamento a teoria da Afrocentricidade (ASANTE, 2014). O referido projeto vem sendo executado pelo Laboratório de Educação das Relações Étnico-raciais (Laberer/UFPE), através da parceria com alguns artistas, grupos culturais, movimentos sociais e a Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPE. Compreendemos as ações desenvolvidas como instrumento para difundir e valorizar os saberes e fazeres de mestras e mestres negros/as e indígenas e de grupos culturais guardiões da cultura afro-indígena no estado de Pernambuco, contribuindo também para a efetivação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, que alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena em toda Educação Básica,

O Laboratório de Educação das Relações Étnico-Raciais (Laberer/UFPE/CNPq) é um grupo de pesquisas que desenvolve projetos de extensão, intervenções sociais e vivências artísticas e culturais tendo como objetivo a promoção da Educação das Relações Étnico-raciais. Tem seu início em 2018, no Centro de Educação da UFPE, a partir da



iniciativa de alguns professores/as, servidores/as e de um grupo de estudantes da graduação e pós-graduação desta universidade. O laboratório desenvolve um programa de extensão com o mesmo nome: o “Programa Laberer”, cadastrado na Pró-reitoria de extensão e cultura da UFPE.

Ao longo de cinco anos, o Laberer está se consolidando enquanto referência nas pesquisas⁷, ações artísticas, culturais, ensino e intervenções sociais, tendo como base a educação das relações étnico-raciais, contribuindo para fortalecer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na UFPE. Por colocar os estudantes como protagonistas de suas ações, vêm contribuindo efetivamente com o processo de curricularização da extensão como preconiza o Plano Nacional de Educação (2014/2024) em sua meta 12, estratégia 12.7: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Com a criação do Laberer, surge o *Projeto Música e Arte Afrocentrada (Maafro)*, que tem como missão alcançar indivíduos através da musicalidade e de outras formas artísticas, promovendo uma formação afrocêntrica que valoriza as identidades dos povos negros de África e da diáspora.

O projeto surge em 2018 como uma das ações do Laberer, ao longo de sua realização, vem sendo executado por uma comissão ampla que inclui estudantes de graduação, pós-graduação, técnicos-administrativos, professores/as da Educação Básica e outros profissionais não vinculados à UFPE.

Entre os anos de 2020 e 2021, em meio ao contexto da pandemia da Covid 19, o Maafro realizou cerca de quarenta atividades virtuais cuja maioria encontram-se disponibilizadas nas redes sociais do Laberer, tais atividades incluem: *lives* musicais, performances artísticas, ciclos de leituras e debates afrocentrados, oficinas e podcasts,

⁷Pesquisas realizadas pelo Laberer: A Biblioteca como Espaço de Construção da Educação das Relações Étnico- Raciais. Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco- FACEPE, 2022. A Educação das Relações Étnico-Raciais nos Cursos de Pedagogia da Região Nordeste. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, 2019/2022.

A Educação das Relações Étnico-raciais nos Cursos de Pedagogia do Brasil, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, 2022.



construindo assim um acervo de materiais artísticos e pedagógicos que podem ser acessados por qualquer pessoa.⁸

Este texto reflete sobre as últimas ações do Maafro desenvolvidas entre os anos de 2022 e 2023, tais ações contou com o subsídio do edital 2022-10 - Edital de Apoio à Pesquisa e ações artísticos-culturais, implementado pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPE, o que possibilitou a contratação de serviços técnicos, oficineiros, designer e social mídia.

Em sua última edição, o foco do projeto volta-se para a pesquisa sobre algumas formas institucionalizadas de premiar e visibilizar grupos culturais, artistas individuais, mestres e mestras da cena cultural pernambucana: 1. “Patrimônio Vivo”, concedido pela Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural de Pernambuco (Fundarpe), 2. O título de “*Honoris Causa*”, concedido por três universidades pernambucanas (UFPE/UFRPE/UNICAP), 3. O título de “Notório Saber”, que teve a sua primeira edição em 2021, por iniciativa da Universidade de Pernambuco (UPE).

Além de identificar e compreender os aspectos conceituais e legais destas titulações, também foi realizado o mapeamento de personalidades negras e indígenas que já foram contempladas, assim como de grupos culturais que ao longo dos anos preservam e difundem a cultura afro-brasileira e indígena no estado de Pernambuco. A partir deste mapeamento, foram elaborados dois produtos artísticos: “podcasts” e “cards”, contendo informações sobre a trajetória e saberes construídos por estes artistas e grupos. Os produtos foram difundidos através das redes sociais do Laberer e serão utilizados posteriormente como apoio didático em oficinas a serem realizadas em escolas públicas da Região Metropolitana do Recife, numa segunda etapa do projeto.

Acreditamos que ações desta natureza podem contribuir para a efetivação das leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Essa contribuição se dá com a realização de pesquisas, elaboração e difusão de produtos culturais e acadêmicos através das redes sociais e de ações presenciais que se dão nas ruas e instituições sócio-educativas. Os materiais produzidos podem ser acessados por docentes em seus momentos de estudo e planejamento e também podem ser utilizados como recurso didático em suas aulas.

⁸ Acesse o canal do youtube do Laberer:
<https://www.youtube.com/channel/UCgeucG9ApGEPNzaGj3YBvPQ>



Durante a sua execução, o projeto teve como orientação metodológica o processo composto pela tríade: pesquisa, criação e comunicação, desenvolvido pelo Laberer através da execução de projetos de extensão que articulam a construção de saberes acadêmicos e artísticos. A pesquisa deu-se por meio de entrevistas e pesquisa exploratória em ambiente virtual. Foram coletadas informações com sete colaboradores/as dentre mestres, mestras e acadêmicos ligados às universidades UFPE, UNICAP, UPE. No primeiro momento, os áudios das entrevistas foram utilizados essencialmente para a produção dos podcasts, mas constituem um acervo importante que pode ser utilizado posteriormente.

A pesquisa em ambiente virtual teve como objetivo coletar informações sobre as titulações e sobre as personalidades focalizadas nesta primeira etapa. A criação utilizou a linguagem radiofônica com a produção de podcasts e o design gráfico, com a produção de cards informativos. A comunicação utilizou como veículo as redes sociais do Laberer e em uma segunda etapa a ser desenvolvida posteriormente irá realizar oficinas em escolas públicas. Essa metodologia, com a ampla participação de estudantes da graduação da UFPE, contribui para fortalecer algumas diretrizes da extensão universitária tais como a interação dialógica e a interprofissionalidade. Além dessas ações, foram realizadas duas oficinas e uma *live* que contribuirão com a formação dos integrantes da comissão executora.

Assim, neste artigo, objetivamos refletir sobre a Educação Patrimonial e a Educação das Relações Étnico-raciais que são abordagens educacionais que possuem parâmetros próprios, tais como a Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio e o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Utilizamos o relato das ações do projeto Maafro (2022/2023) desenvolvido pelo Laberer para subsidiar nossas reflexões, tendo como base conceitual a teoria da afrocentricidade sistematizada pelo filósofo Molefi Kete Asante em meados da década de 1990. A teoria da afrocentricidade desenvolve categorias tais como centralidade/marginalidade, agência e localização que serão discutidas mais adiante.

Além desta introdução, os/as leitores/as irão encontrar na primeira seção a discussão sobre os subsídios teórico-metodológicos que embasam o Maafro (2022/2023) e este artigo. Em um segundo momento, será apresentada e discutida a experiência de



execução do projeto, seu percurso metodológico, o processo de criação artística e alguns achados da pesquisa. Por último teremos as considerações finais, onde retomamos e discutimos os principais elementos do texto.

DIÁLOGOS ENTRE A TEORIA DA AFROCENTRICIDADE, A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A ERER COMO SUBSÍDIO PARA O MAAFRO

A Afrocentricidade é um paradigma teórico criado pelo filósofo estadunidense Molefi Kete Asante, na segunda metade do século XX, no contexto das reivindicações negras por direitos civis. A teoria possui a influência de muitos autores em sua construção, alguns considerados “afrocentrados antes da afrocentricidade”, pois “a afrocentricidade é a sistematização de narrativas das pessoas negras [...]” (LIMA, 2020, p. 27). Destaca-se aqui quatro autores que contribuíram de forma mais direta com o desenvolvimento da afrocentricidade: Cheikh Anta Diop, que demonstra a origem africana do mundo, Maulena Karenga, que discute o renascimento cultural negro; Marcus Garvey, que teoriza sobre o nacionalismo negro; e Aimé Césaire, que redimensiona o entendimento sobre o negro através do conceito de negritude.

Para Asante (1989), a afrocentricidade parte da constatação de que toda teoria possui um caráter necessariamente localizado, ou “provincial”, em suas palavras, ou seja, possuem um contexto específico para sua aplicação, muito embora os sistemas teóricos eurocêntricos proponham universalizar a experiência histórica do mundo a partir da sua própria. Desta forma, o paradigma afrocentrado possui por objetivo o redimensionamento das contribuições culturais e epistemológicas do povo africano ao centro de qualquer análise acerca da África ou dos africanos, do continente ou da diáspora.

Portanto, para a Afrocentricidade, sendo esta antes de tudo uma teoria para a libertação do povo negro, é necessária uma mudança da linguagem para que haja mudança de mentes. Para que haja libertação, é necessário libertar-se dos instrumentos de controle. A linguagem eurocêntrica não pode servir para a emancipação do povo negro, apenas um sistema conceitual baseado na experiência concreta e particular dos africanos no mundo, pois, conforme pontua Audre Lorde “as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande” (LORDE, p. 137, 2019). Sobre a lógica universalizante do eurocentrismo, Asante coloca que:

Eles [europeus] assumem que todos os outros deveriam simplesmente concordar com seu provincianismo expansivo. Eles não apenas apresentam seus argumentos



com uma variedade desconcertante de tropos, figuras e oxímoros, mas também os afirmam como se não houvesse outra realidade, nenhuma outra perspectiva (ASANTE, 1998, p. 4, tradução nossa).

Neste sentido, é necessário pontuar que a Afrocentricidade não se pretende um eurocentrismo às avessas, não possui o objetivo de homogeneizar a experiência do mundo a partir da sua própria, mas reforça a centralidade do continente africano em sua própria história. Portanto, a Afrocentricidade é um sistema teórico que tem em perspectiva o lugar dos povos africanos, se ao centro ou à margem de sua própria cultura.

Tendo em perspectiva os adventos da escravidão e da colonização, onde os povos africanos tiveram suas epistemes negadas e sua história e cultura apagadas, retirados do seu lugar de protagonistas em sua própria história, a afrocentricidade se configura enquanto uma teoria e prática voltada para a emancipação dos povos africanos e a superação do eurocentrismo, em um processo chamado recentramento (Swahili, 2021, p.16). Para Ama Mazama:

No cerne da ideia afrocêntrica está a afirmativa de que nós, africanos, devemos operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora. Cada vez mais controlamos nosso destino por meio de uma autodefinição positiva (MAZAMA, 2009, p.111).

Desta maneira, servindo como ferramentas analíticas que buscam localizar o centro africano em dado fenômeno, a afrocentricidade dispõe de três categorias, que explicaremos a seguir, com base em Asante (2009, 94 -96).

- *Centralidade/Marginalidade*: Correspondente ao lugar de protagonismo ou coadjuvância do povo negro em determinado momento da história.
- *Localização*: Diz respeito a localização psicológica, cultural e histórica do povo negro em relação à sua própria história, se ao centro ou a margem.
- *Agência*: Considerando a necessidade de libertação da mente em primeiro lugar, a categoria de agência pode ser definida como a ação em favor da liberdade humana, munido das ferramentas psicológicas da consciência africana.

Desta forma, estas categorias nos ajudam a perceber que, ainda que 65% da população Pernambucana se declare negra, conforme demonstram dados do censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (GLOBO, 2022), ainda que tenhamos doze etnias indígenas reconhecidas oficialmente, importantes atores e atrizes da cultura pernambucana nem sempre são referenciados no currículo da Educação Básica permanecendo em lugar de marginalidade. Muito embora as políticas de



preservação venham a contribuir para garantir a continuidade da atuação desses grupos e personalidades, observa-se que o racismo e eurocentrismo presentes em nossa sociedade ainda se apresenta de maneira muito arraigada nas políticas culturais e educacionais. Consideramos que o projeto Maafo em suas atividades tem desenvolvido agências que contribuem para a localização e centralização do povo negro. Sobre africanos não-afrocêntricos, Asante pontua:

A psicologia do africano sem a Afrocentricidade é objeto de grande preocupação. Ao invés de olhar a partir de seu próprio centro, a pessoa não-Afrocêntrica age previsivelmente de forma negativa. Atacará mães e pais, rebaixará as muitas tradições que lhes deram esperança nos tempos de desesperança e banalizará sua própria nobreza (ASANTE, 2014, p. 4).

Portanto, a Afrocentricidade ofereceu ao *projeto Música e Arte Afrocentrada* ferramentas para pensar as produções de mestres e mestras negros/as e indígenas e o importante papel da cultura no processo de recentralizar essas populações em sua própria história. Discutindo acerca do conceito de cultura negra e o processo de construção de identidades negras positivas, afirma a professora Nilma Lino Gomes:

Embora alguns antropólogos tratem com desconfiança a adjetivação de uma cultura como “negra”, o que importa aqui é destacar que a produção cultural oriunda dos africanos escravizados no Brasil e ainda presente nos seus descendentes tem uma efetividade na construção identitária dos sujeitos socialmente classificados como negros (GOMES, 2003, p. 77).

Ou seja, através da arte e cultura é possível ao indivíduo pertencente a um grupo étnico-racial marginalizado, resgatar os elementos que fazem dele um ser coletivo, possibilitando a percepção de si nos outros. No caso do indivíduo africano, permite que este desenvolva sua consciência afrocêntrica e a propague.

Nos documentos oficiais, dentre eles, a *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO/2003)*, a educação aparece como uma das estratégias fundamentais neste processo como é possível identificar em seu artigo 14, alínea c: “promover a educação para a proteção dos espaços naturais e lugares de memória, cuja existência é indispensável para que o patrimônio cultural imaterial possa se expressar”. Assim para tratar da salvaguarda da cultura imaterial produzida pela população negra e indígena de nosso estado acreditamos que é possível haver uma articulação exitosa entre as definições e diretrizes da EP e da ERER, para isso apresentaremos a partir de agora uma breve discussão sobre estas abordagens educacionais.

A Educação Patrimonial (EP) pode ser entendida como uma abordagem educacional que tem o processo de criação e difusão do patrimônio cultural, como centralidade para a compreensão sócio histórica, é um processo educativo coletivo voltado para a pesquisa, identificação, valorização e transmissão das referências culturais de um determinado território, sejam elas reconhecidas ou não como patrimônio pelos órgãos oficiais, atentando para o protagonismo dos sujeitos envolvidos, valorizando as suas identidades, suas memórias individuais e coletivas, o diálogo e a reflexão crítica. A EP pode ocorrer nas escolas, nas universidades, nos museus, nas praças, ruas, terreiros ou em qualquer espaço de educação formal ou não formal.

Na discussão sobre a EP, destacam-se dois documentos importantes: o livro “Educação Patrimonial, histórico, conceitos e processos”, publicado pelo Iphan em 2014 e a portaria no 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece “Diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio”.

A publicação do Iphan como o próprio título indica busca recuperar o histórico da EP, discorrendo sobre a sua conceituação e retratando processos históricos e experiências que contribuíram para conformar a sua abordagem. Dentre estas experiências destaca-se a criação do Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) na década de 1970 por iniciativa de Aloísio Magalhães.

Outra experiência que merece ser mencionada, é a parceria entre O IPHAN e o MEC, em 2009, na elaboração de um edital voltado para extensão universitária a ser realizado no âmbito do Programa de Extensão Universitária – ProEx, criado pelo Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. A parceria com o IPHAN deu-se através da elaboração do edital e avaliação dos projetos da linha temática “Preservação do Patrimônio Brasileiro”, que selecionou 28 projetos espalhados por vários estados brasileiros. Vale a pena citar um trecho do livro:

A parceria entre o IPHAN e as universidades por meio das ações de extensão é um caminho promissor para a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural brasileiro, pois pretende estimular a participação e o envolvimento de outros agentes capazes de se associar à política de reconhecimento, promoção e proteção ao patrimônio. (FLORÊNCIO, et al. 2014, p.33)

A publicação ainda apresenta uma linha do tempo da EP, e traz como anexo alguns documentos construídos de maneira participativa como o “Documento final do II Encontro Nacional de Educação Patrimonial”, que aconteceu em Ouro Preto de 17 a 21 de julho de 2011.



A portaria 137/2016 do Iphan ratifica a definição de EP, contida na publicação de 2014 e no seu artigo 2º coloca,

“...entende-se por Educação Patrimonial os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o patrimônio cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. Parágrafo único. Os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente”. (Portaria, 137/2016, Iphan, art. 2º)

Quanto às diretrizes da EP o documento lista oito elementos: I-participação social e protagonismo dos diferentes grupos sociais; II - Integrar as práticas educativas ao cotidiano e aos espaços de vida das pessoas; III - Valorização do território; IV - Favorecer as relações de afetividade e estima; V - Considerar que as práticas educativas e as políticas de preservação estão inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais; VI - intersectorialidade das ações educativas, articulando diferentes setores como turismo, meio ambiente, saúde, etc. VII - Associação com as ações de sustentabilidade local, regional e nacional; VIII- Transversalidade e Interdisciplinaridade.

Diante do exposto, convém realizar algumas perguntas e reflexões: sendo a população negra e indígena protagonistas de uma grande variedade de elementos que compõe a cultura brasileira, qual o comprometimento da EP, com uma educação antirracista que realmente reconheça e valorize a cultura, a história, os saberes, os fazeres destas populações? Em que medida a EP, vem contribuindo para reafirmar narrativas coloniais e subalternizantes que hierarquizam as pessoas e suas culturas? É possível promover o diálogo entre a EP e a educação para as relações étnico-raciais (ERER), contribuindo assim com a construção de práticas educativas para o patrimônio que contribuam com a pauta antirracista? Longe de ter respostas prontas a todas estas questões convém conceituar a ERER e expor um pouco de seu marco regulatório, como forma de contribuir para este debate.

As Diretrizes Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Africana e Afro-brasileira, composta pela Resolução 01/2004 e pelo Parecer do CNE/CP 03/2004, marco legal da Erer, e outras políticas como a lei 10.639/2003, a lei 11.645/2008 e o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africana (Brasil, 2009) nascem como resultado de um processo de reivindicações dos movimentos negros que remontam principalmente às décadas de 1980 e 1990, muito embora a pauta educacional seja historicamente central para os militantes negros e



anterior às referidas décadas. No entanto, após a criação do Movimento Negro Unificado em 1978, as reivindicações por políticas públicas educacionais se tornam mais organizadas e assertivas, centralizando a questão racial no debate (GOMES, 2017, p. 32).

Essas conquistas marcam um processo histórico de reconhecimento do Estado brasileiro de séculos de dívidas para com grupos étnico-raciais marginalizados. Os séculos de escravização e colonização causaram a população negra e indígena danos físicos, econômicos, sociais e psicológicos irreparáveis, cujas consequências são percebidas ainda hoje, quando observamos os índices sócio-econômico, de acesso e permanência instituições de educação formais e percentuais destas populações em cargos de poder ou em privação de liberdade.

Portanto, conforme indicado nas DCNs de Erer, não basta apenas reconhecer os fatores históricos que explicam as discriminações raciais e desigualdades existentes hoje em nosso país, mas, ao mesmo tempo, faz-se necessário traçar caminhos para a superação desta mazela que atravessa nossa sociedade.

Assim, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História Africana e Afro-brasileira, cuja relatora é a professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, servem como orientação de ações de combate ao racismo e para valorização das diversas culturas que contribuíram para a construção do Brasil (BRASIL, 2004). A partir deste documento, a Erer pode ser definida como um conjunto de conhecimentos, éticas e aprendizagens voltadas para melhorar a relação entre as pessoas, tendo por princípio a não violência, o combate ao racismo e a valorização das histórias e culturas de povos historicamente marginalizados no Brasil, tais como negros, indígenas, quilombolas e ciganos. Para a professora Petronilha Silva:

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos, dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnico-raciais e sociais. Em outras palavras, persegue o objetivo precípua de desencadear aprendizagens e ensinamentos em que se efetive participação no espaço público. (SILVA, 2007, p. 490).

Diante do apresentado até aqui, já podemos perceber o diálogo entre a Erer e a EP, uma vez que ambas primam pela valorização de identidades e preservação de culturas, tendo em vista uma formação cidadã. Em termos normativos, ao indicar os três princípios fundamentais da Educação das Relações Étnico-Raciais, que são: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações de combate ao racismo e a discriminações” (BRASIL, 2004b, p. 17), as DCNs já explicitava a



importância da Educação Patrimonial para a efetivação de políticas educacionais antirracistas, na medida em que se discute a preservação do patrimônio afro-brasileiro. O diálogo entre os campos se mostra frutífero, lançando um desafio para a formação de educadores que deverão trabalhar os temas.

Dessa forma, o projeto *Música e Arte Afrocentrada*, ao pesquisar e propagar as realizações culturais de personalidades negras e indígenas no estado de Pernambuco, realiza o recorte étnico-racial na EP, permitindo a reflexão sobre processos históricos de apagamento e de classificação hierárquica da cultura produzida por estes povos. Estudar o patrimônio imaterial em profundidade, numa perspectiva crítica e dialógica também contribui para barrar a folclorização que por vezes acontece nas escolas, o que acaba fortalecendo estereótipos que contribuem para a continuidade do racismo. Promover este debate a partir da teoria da afrocentricidade coloca a população negra com suas culturas e epistemologias ao centro, saindo assim de um lugar de marginalidade.

Maafro: Pesquisa, Criação e Comunicação

O projeto *Música e Arte Afrocentrada* foi contemplado com edital de pesquisa e criações artísticas da Pró-reitoria de Extensão e Cultura da UFPE em 2022, o referido edital tem por objeto “apoiar, por meio de concessão de recursos financeiros, a pesquisa e ações de criação, valorização, divulgação e difusão de produtos artístico culturais, gerados em atividades vinculadas a disciplinas de graduação e/ou a projetos de extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)”. O subsídio recebido teve como finalidade conceder ajuda de custo a profissionais que desenvolveram tarefas como mídia social e assessoria de imprensa, ministração de oficinas, serviços técnicos de captação e edição de áudios, roteirização e montagem de podcasts, assim como serviços gráficos para a criação de cards.

O projeto seguiu seu curso tendo metodologia a tríade pesquisa-criação-comunicação, desenvolvida pelo Laberer através da execução de alguns projetos de extensão. Essa metodologia consiste na articulação entre saberes científicos e artísticos para a criação de produtos que colaborem para comunicação da Erer com o público acadêmico e com o público em geral.

No eixo pesquisa, que diz respeito a forma de construção e obtenção de conhecimentos, foram formados três grupos que realizadas pesquisas em fontes sobretudo



da internet com o objetivo de se apropriar do marco regulatório das titulações “Notório Saber”, “*Honoris Causa*” e “Patrimônio Vivo”, bem como de suas definições, características e público alvo, assim como para identificar aspectos da trajetória de grupos culturais, mestres e mestras contemplados/as.

Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com base na história oral, com duas mestras e um mestre da cultura pernambucana; entrevistas estruturadas com Pró-Reitores da UFPE, da UFRPE e da UPE. Foram realizadas também micro entrevistas com dois especialistas ligados ao Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado de Pernambuco, que é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado (SECULT/PE), com uma especialista e acadêmica ligada ao Museu das Parteiras⁹ e com parentes e amigos das mestras e do mestre. As sonoras obtidas foram utilizadas essencialmente na edição dos podcasts, mas também são materiais brutos captados e armazenados, podendo vir a serem utilizados posteriormente com outras finalidades como a produção de resumos biográficos, artigos etc.

No eixo criação, que consiste na mobilização dos saberes artísticos com o uso de diferentes linguagens, técnicas, materiais, suportes e estilos, a fim de criar artefatos capazes de promover uma experiência estética de fruição, ancestralidade e encantamento, foi escolhida a linguagem do rádio tendo como produto os podcasts e a linguagem do design gráfico que foi utilizada na produção de cards informativos sobre algumas pessoas tituladas.

No eixo comunicação, as redes sociais como *instagram*, *facebook*, plataformas de streaming como o *Streamyard* e site institucional do Laberer são os principais veículos. Durante o isolamento social nos anos de 2020 e 2021, o Laboratório somou esforços para se apropriar do uso das redes sociais e das tecnologias relacionadas a fim de prosseguir com suas atividades, isto vem resultando em uma maior aproximação com áreas como o audiovisual, rádio, internet, design gráfico, publicidade e das artes digitais. Em uma segunda etapa do projeto, espera-se levar os artefatos artísticos e as informações obtidas em ações como a formação continuada de professores da Educação Básica e a realização de oficinas em escolas públicas e outros espaços não formais de educação.

⁹Conforme informações contidas no site, o “Museu da Parteira nasceu do desejo de parteiras pernambucanas de narrarem sua história por si próprias”. Disponível em: <https://museudaparteira.org.br/>, Acesso em 14 de abril de 2024.



Como processo formativo para a equipe e público em geral, foi realizada uma oficina com o tema: “Políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial no estado de Pernambuco”, ministrada por Givanildo Klebson Ferreira, museólogo, produtor cultural e pesquisador do campo dos museus e patrimônio. Duas oficinas “Como produzir podcasts”, ministrada por Evelyn Carolina, graduanda do curso de Rádio, TV e Internet da UFPE, que também foi responsável pela parte técnica do projeto. Por fim, foi realizada uma *live* no canal do Youtube do Laberer para debater a temática: “Patrimônio vivo no estado de Pernambuco e o recorte Étnico-racial”. A *live* contou com a participação de Mônica Siqueira, jornalista, educadora patrimonial, brincante da cultura popular e integrante do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural e Elizama Messias, pedagoga, produtora cultural e uma das coordenadoras do projeto.

RESULTADOS, DISCUSSÕES, PRODUTOS CRIADOS E COMUNICAÇÃO

Através de entrevistas semiestruturadas e pesquisas em ambiente virtual, foi possível reunir algumas informações sobre as titulações que destacamos no projeto. A premiação de *Patrimônio Vivo* é concedida pelos municípios de Caruaru, Recife, Itambé, Vicência e pelo governo do estado de Pernambuco com uma forte mobilização do Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural que se responsabiliza pela operacionalização do edital. Esta premiação amplia o foco de visão para além do bem cultural, incluindo também os detentores de saberes, homens e mulheres que dedicam suas vidas na promoção de tradições culturais, assim como também grupos culturais guardiões e transmissores de manifestações culturais.

Uma fonte interessante de informações sobre este tema pode ser acessada pelo leitor na *live* realizada pelo projeto intitulada: Patrimônio vivo no estado de Pernambuco e o recorte Étnico-racial¹⁰: Durante o debate a convidada Monica Siqueira disponibiliza informações conceituais interessantes e expõe detalhes da premiação em Pernambuco que foi instituída pela lei estadual 12.196/2002, mas só foi operacionalizado de fato em 2005 após publicação do decreto 27.503 de 27 de dezembro de 2005 que regulamentou a premiação. O registro de patrimônio vivo no estado de Pernambuco prevê uma pensão vitalícia aos mestres, mestras ou grupos culturais, através da publicação de um edital de

¹⁰ Disponível no canal do Youtube do Laberer:
https://www.youtube.com/watch?v=neZcMk_T548&t=82s



chamamento público, em contrapartida, o premiado compromete-se a continuar o seu trabalho de transmissão da cultura estando disponível também para ações realizadas pelo governo do estado. Atualmente o valor da bolsa é 1.800,00 para pessoas físicas e 3.800,00 para pessoa jurídica, os critérios de escolha passam por elementos como a idade do candidato, tempo de atuação do grupo, o trabalho realizado e a condição socioeconômica dos candidatos.

Em uma análise preliminar, realizamos alguns levantamentos sobre os 97 contemplados na titulação de Patrimônio Vivo. Deste número quarenta e dois (42) são homens, dentre eles um líder religioso do Candomblé, Tata Raminho de Oxossi; vinte (20) são mulheres, dentre elas uma mulher indígena, Mãe Dora Pankararu e uma liderança religiosa do Candomblé, Mãe Beth de Oxum. Também foram contempladas duas casas de Candomblé.

Ao todo, além das pessoas físicas e das casas religiosas, foram contemplados trinta e cinco grupos que de acordo com nosso levantamento dezenove deles são de manifestações culturais afro-indígenas: 05 caboclinhos, 01 afoxé, 04 cavalos marinhos, 02 reisados, 01 samba, 02 maracatus de baque virado, 02 maracatus de baque solto, a manifestação cultural Pretinhas do Congo, 01 grupo de coco de roda, 01 grupo cultural de uma etnia indígena: as cantadeiras do Povo Pankararu. Este levantamento torna-se relevante na medida que pode contribuir para o repensar das políticas culturais, fortalecendo algumas iniciativas de ações afirmativas com recorte de gênero e étnico-racial.

O título de “Notório Saber” no estado foi instituído pela Universidade de Pernambuco (UPE), através da resolução 049 do conselho Universitário (Consun), aprovada em 27 de dezembro de 2021. Em entrevista realizada pela equipe do projeto em 2023, Luiz Alberto Rodrigues, professor da UPE e Pró-reitor de Extensão e Cultura salienta que “o Notório Saber é um reconhecimento interno da universidade e não concede um título acadêmico de doutorado, como ocorre com o título de *Dr. Honoris Causa*. A referida resolução 049 do Consuni da UPE, estabelece o seguinte:

Art. 2. O título de Notório Saber em Cultura Popular poderá ser concedido, nos termos desta resolução, a pessoas físicas, mestres/as da cultura tradicional popular em diferentes segmentos e linguagens culturais, que produzem conhecimentos ancestrais em trocas no meio familiar e/ou de prática de convivência em grupos, que mantém o saber/fazer reconhecido com vasta experiência e capacidade de transmitir esses saberes e técnicas necessárias para a produção, difusão e preservação de expressão popular. (Resolução 49, Consun, UPE).



Ainda comentando sobre esta titulação inédita no Estado de Pernambuco, nosso entrevistado, Professor Luiz Alberto Rodrigues fala:

O título de notório saber da UPE é concedido a pessoas que tenham ou não uma titulação acadêmica, mas que tenham uma experiência comprovada, destacada experiência e destacada produção em uma das áreas artísticas e também da lista de categoria do patrimônio da cultura imaterial da Unesco e também os que conquistaram o título de patrimônio vivo do estado de Pernambuco passam também por esta avaliação da experiência da produção. (Luiz Alberto Rodrigues, 2023).

Reconhecer mestres e mestras da cultura popular com o título de notório saber, independentemente de sua formação acadêmica, é algo que contribui para validar outras fontes de saberes, outras epistemologias ligadas a tradição oral, as práticas comunitárias e a ancestralidade, e assim valorizar as identidades dos fazedores de cultura.

Já a expressão “*Honoris Causa*” em latim significa “por causa da honra”. A titulação de “Dr/Dra *Honoris causa*” é a mais alta honraria concedida por uma universidade a uma pessoa que detenha excepcional destaque por sua atuação em prol da ciência, da cultura ou por causas humanitárias. A professora Valdenice Raimundo que também é Pró-Reitora de Ciência e Tecnologia da Universidade Católica de Pernambuco foi uma de nossas entrevistadas e afirma que:

O título de *honoris causa* é um reconhecimento da história, da luta, de toda uma construção daquela pessoa que será reconhecida, homenageada publicamente. Eu acho muito importante porque traz ali toda uma história, toda uma dedicação, é todo um empenho que aquela pessoa desenvolveu ao longo da sua vida em prol de alguma causa... (Valdenice Raimundo, 2023).

No site da UFPE, encontramos a informação que tanto o título de *Dr/Dra Honoris Causa*, como de Professor/a *Honoris causa* “é destinado a professores ou cientistas de notório reconhecimento, não pertencentes ao quadro da Universidade”¹¹. Anualmente são concedidos três títulos de cada categoria, os/as homenageados/as podem ser indicados/as pelo Reitor, pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão ou pelos Conselhos Departamentais dos Centros.

Uma das preocupações da nossa pesquisa, que ainda precisa ser continuada, pois nem sempre encontramos dados atualizados na internet, é saber quantas pessoas negras e indígenas receberam o título de *Dr/Dra Honoris Causa* em universidades pernambucanas. A título de exemplo, iniciamos o levantamento pela UFPE e identificamos que de uma lista disponibilizada no site da instituição com sessenta e oito

¹¹ <https://www.ufpe.br/cerimonial/titulos-honorificos>



(68) títulos concedidos, apenas três (03) foram destinados a pessoas negras autoidentificadas: Mestre Pirajá, Babalorixá Ivo de Xambá e Lia de Itamaracá; não há nenhuma pessoa indígena, e foram identificadas apenas duas (02) mulheres. A Pró-Reitora de Extensão e Cultura da instituição, a professora Dr^a Maria da Conceição Reis, em entrevista, reflete sobre estes dados:

A gente sabe que pessoas negras e indígenas têm sido sub-representadas nessas honrarias, mesmo quando suas contribuições sejam relevantes, impactantes, até demais, em prol da coletividade. Portanto, a gente precisa de docentes que possam preparar o dossiê sobre essas pessoas e então apresentar a proposta à universidade para que mais pessoas negras possam estar recebendo esse título, e também pessoas indígenas que historicamente tem sido direcionado para pessoas brancas. (Maria da Conceição Reis, 2023).

Desvelar estes dados e refletir sobre este processo, nos permite questionar as estruturas acadêmicas de poder e suas formas de invisibilização e apagamento das histórias de pessoas negras, indígenas e também de mulheres, deixando como lição para a pesquisa a necessidade de considerar também o marcador de gênero.

Acreditamos que elementos das africanidades estão presentes em brinquedos e brincadeiras populares, reconhecidas, indicadas e eleitas, para que seus representantes recebam honrarias como Título de Doutor *Honoris Causa*, Título de Notório Saber da Cultura Popular, Registro de Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. Reconhecimentos das Instituições Universitárias, como também do Governo do Estado, que buscam dar visibilidade e celebrar lideranças que vem servindo de exemplo para a comunidade universitária e para a sociedade como um todo.

Outra fonte de aprendizado que vem sendo despertado são os saberes da ancestralidade que fazem parte dos familiares dessas lideranças. Na base dessa vivência encontra-se o aspecto pedagógico no qual “A consciência coletiva exprime compromissos compartilhados de resistência à opressão racial, colonial e, também de respeito e aceitação a cultura e a ancestralidade” (ASANTE, 2014, p. 44). Por esse motivo, Asante defende que “Na Afrocentricidade, há uma força evidente de consciência coletiva que ressalta os elementos culturais do pensamento e ação dos(as) africanos (as), desde a saída de suas terras” (ASANTE, 2014, p. 43). Nesse aparato conceitual onde “[...] o centro - demarca a história, a cultura, a identidade e a tradição da ancestralidade” (MAZAMA, 2009, p.111). Dessa forma, quando uma Instituição Pública de Educação Superior realiza a premiação de Mestres e Mestras da Cultura, está reafirmando seu papel, pautado pelo compromisso com a produção e divulgação do conhecimento, além de reconhecerem a



amplitude e a profundidade da arte que tanto tem contribuído para o engrandecimento cultural da região.

Criação dos cards para a rede social instagram e do podcast Maafro

No eixo *criação* da metodologia desenvolvida, a produção foca na elaboração de produtos artísticos a partir dos contemplados e algumas titulações pernambucanas de *Patrimônio Vivo*, *Honoris Causa* e *Notório Saber* que valorizam grupos, mestres e mestras da cultura negra e indígena. Com os resultados da pesquisa bibliográfica, foi possível criar cards falando das titulações em foco e sobre as trajetórias, saberes e fazeres de Ivo da Xambá, Lia de Itamaracá, Mãe Beth de Oxum, Maestro Duda, Lúcia dos Prazeres, Mestre Assis Calixto e Dona Prazeres. Para a criação deste produto foi elaborada uma síntese biográfica sobre a vida e obra das personalidades, assim como uma pesquisa de fotos das mesmas. Houve uma preocupação com a uniformização da paleta de cores e das fontes de modo a criar uma série de cards que dialogassem entre si, podendo ser utilizados em meio digital ou impresso.

Na construção do podcast, houve pesquisas sobre as temáticas que iriam compor a temporada, o objetivo dessa produção se ancora na propagação da vida e obra de de três figuras do estado de Pernambuco, sendo eles, Dona Prazeres, parteira e moradora do município de Jaboatão dos Guararapes; Mestre Assis Calixto, coquista e compositor do Coco Raízes de Arcoverde; e Lúcia dos Prazeres, pedagoga e pesquisadora da cultura popular do estado. A série é composta por quatro episódios com duração média de 12 minutos.

O primeiro episódio intitulado “Conhecer”, narra o panorama do Patrimônio Imaterial no estado de Pernambuco e de que forma as titulações de Patrimônio Vivo, *Honoris Causa* e Notório Saber contribuem para a salvaguarda do patrimônio imaterial. Acerca do conceito de salvaguarda, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), dispõe que:

Entende-se por “salvaguarda” as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003. p.5).

Dessa forma, as ações desenvolvidas se enquadram como ações de salvaguarda, na medida em que contribuem para a valorização e transmissão desse legado cultural



construído e recriado por diferentes gerações. Neste sentido, a UNESCO ainda coloca que:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003. p.5).

O referido episódio conta com falas de especialistas diversos como Cássio Ranieri, doutorando em Antropologia; Valdenice Raimundo, Pró-reitora de pesquisa científica da Universidade Católica de Pernambuco; Maria da Conceição dos Reis, pró-reitora de Extensão e Cultura da UFPE; Mônica Siqueira, integrante do Conselho de Preservação do Patrimônio de Pernambuco e Luiz Alberto Rodrigues, pró-reitor de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco, para situar o ouvinte sobre os conceitos em torno dos títulos e personalidades indicadas a eles.

Já no segundo episódio, entra em cena Dona Prazeres, que é parteira e também enfermeira obstétrica, Patrimônio Vivo do estado de Pernambuco e Notório Saber pela Universidade de Pernambuco (UPE). Com o nome “Dar a Luz”, o podcast explana sobre a arte milenar do partejar e conta com entrevistas inéditas feitas por membros do Laberer. Além da voz da própria Dona Prazeres, as vozes de Elaine Muller, antropóloga e colaboradora do Museu da Parteira, e Elizama Messias, educadora e uma das coordenadoras do projeto, compoem um cenário que conta com detalhes afetivos e verídicos para demonstrar a importância da existência do ofício das parteiras.

O terceiro episódio tem como assunto principal o Coco, manifestação de grande impacto no estado e que tem diversas personalidades e grupos no nordeste inteiro. “Coco para os Ouvidos” é um episódio que conta a história do Mestre Assis Calixto coquista, compositor do grupo Coco Raízes de Arcoverde, Patrimônio Vivo do estado e Notório Saber. A narração junto as músicas de coco, depoimentos e entrevistas de Assis Calixto, Ana Paula Campos, professora e pesquisadora de cultura popular da Universidade Federal de Pernambuco, e Lua Paiva, que é artista e brincante da cultura popular, traçam um caminho marcado pela herança cultural e afetividade que posicionam o ouvinte no cenário artístico.

Por fim, “Pedagogia Negra” fecha a temporada falando sobre Lúcia dos Prazeres, figura importantíssima no estado que ajudou a criar o Movimento Negro Unificado (MNU) em Pernambuco, titulada como Notório Saber da Cultura Popular pela Universidade de Pernambuco. Com uma trajetória marcada pela luta contra o racismo,

Lúcia conta como começou a dar os primeiros passos para contribuir com a luta antirracista no estado, não só através dos movimentos de resistência, mas também dentro da academia. Esse episódio conta com entrevistas de pessoas próximas a Lúcia que a tem como referência na produção de conhecimento, na maneira de concretizar a educação antirracista nas suas ações e em diversos outros âmbitos. Nele estão as entrevistas de Cledson Severino de Lima, educador e pesquisador da educação afrocentrada; Emerson Raimundo, educador e sobrinho de Lúcia; Euclides Ferreira, educador e amigo; e Elizama Messias, educadora e amiga de Lúcia .

Durante todo o processo de construção dos episódios, houve diversos momentos de troca de conhecimentos, o que possibilitou uma aprendizagem conjunta sobre todos os aspectos da produção, culminando em programas que contém uma abordagem sensível e verídica acerca da temática do Patrimônio Imaterial do estado. Rememorar essas personalidades e seus fazeres confere a esta produção a importância de reconhecimento desses saberes que em sua grande maioria não são sempre reconhecidos como contribuintes da construção do conhecimento popular e cultural de Pernambuco e somado a esse fator, há o uso da ferramenta de podcast que difunde através do som esses saberes e demonstra a tamanha importância do uso de diferentes canais da comunicação para prática dessa difusão cultural. Por fim, esses aspectos abrem espaço para futuras produções que sigam o mesmo ritmo e temática, abrangendo outras personalidades e valorizando seu legado por meio da arte da radiodifusão.

Os trabalhos técnicos envolvendo a produção, roteirização, narração e edição do podcast são da autoria de Evelyn Carolina Lima de Santana, aluna do Bacharelado em Rádio, Tv e Internet da UFPE que também desenvolveu os cards de cada episódio e a descrição detalhada com ficha técnica e trilha sonora. As entrevistas foram desenvolvidas por membros do Laberer: Elizama Messias, Evelyn Carolina, Andreon Silva, Lúcia dos Prazeres e Adilson dos Ramos.

A comunicação é uma etapa importante do projeto, entendemos que esta pode ser realizada em diferentes momentos, com o uso de múltiplas estratégias. A comunicação por meio das redes sociais foi uma das estratégias utilizadas neste primeiro momento do projeto. Os episódios do podcast Marafó serão divulgados no canal do youtube do Laberer, porém está em curso um processo de articulação para que os mesmos sejam difundidos na Rádio Universitária Paulo Freire. Acreditamos que as múltiplas estratégias



de comunicação contribuem para ampliar o alcance dos produtos artísticos na medida que atingem diferentes perfis de público.

As titulações de Patrimônio Vivo, Notório Saber e *Honoris Causa* em Pernambuco representam reconhecimentos importantes dentro da sociedade e da academia. Portanto, ao relacionarmos essas titulações com o conceito de afrocentricidade é possível entender que colocar as epistemologias negras em evidência, conseqüentemente, valoriza e preserva as expressões culturais africanas, sejam do continente ou da diáspora, como manifestações de saberes ancestrais que permeiam a história e identidade do estado. Além disso, destaca a importância de reconhecer e celebrar as conquistas e lideranças afrodiáspóricas, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa da excelência e mérito acadêmico, artístico e social.

CONCLUSÕES

O Estado de Pernambuco é atravessado por uma curiosa contradição: ainda que seja um lugar cujos habitantes sejam majoritariamente pessoas negras, os conhecimentos, técnicas, artes e culturas provindas de pessoas negras são subvalorizados. Ainda que as titulações de Notório Saber, *Honoris Causa* e Patrimônio Vivo contribuam com a preservação e valorização de indivíduos e grupos negros/as e indígenas que produzem cultura, contribuem com a contradição quando observamos a identidade étnico-racial dos indivíduos detentores das titulações.

A quantidade de pessoas brancas é sempre bem maior. Por exemplo, em 77 anos que a UFPE outorga a titulação de *Honoris Causa*, sendo o primeiro em 1947, apenas 6 pessoas negras receberam a titulação, sendo importante ressaltar que dois desses receberam na década de 1990, e três receberam apenas nos últimos 5 anos, sendo estes: Lia de Itamaracá (2019), Ivo de Xambá (2021) e Mestre Pirajá (2022). Isso demonstra um movimento recente da UFPE em homenagear personalidades negras relevantes no cenário cultural pernambucano através desta titulação, fruto das intensas mobilizações pelo reconhecimento dos saberes de mestres e mestras da cultura. No entanto, ressaltamos que até o momento, nenhuma pessoa indígena recebeu esta titulação pela referida universidade

Deste modo, na UFPE o processo de reconhecimento tratado acima tem relação com o fortalecimento da temática na universidade através dos grupos de pesquisa e coletivos negros, que vem sendo possível pelo aumento de estudantes negros e negras



oriundos da política de cotas. Além disso, entende-se que estas homenagens através da titulação de *Honoris Causa* faz parte de um conjunto de outras políticas de ações afirmativas que estão sendo implementadas na instituição desde o ano de 2020 com a criação do Núcleo de Políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais, ligado ao Gabinete do Reitor, que contribuiu para uma atmosfera mais aberta ao tema na universidade.

Quanto às titulações de Patrimônio Vivo e Notório Saber, percebemos que a presença de personalidades em grupos da cultura negra e indígena estão melhor representados, se em comparação com a titulação de *Honoris Causa*, ainda que sejam minoritários se comparado proporcionalmente a pessoas brancas que receberam a titulação.

Como analisamos, tais titulações são meios importantes de ressaltar e valorizar as epistemologias e conhecimentos ancestrais da diáspora negra no Brasil e dos povos indígenas, produzidos em contextos não acadêmicos, uma vez que o modelo de ciência ocidental cria e estabelece fronteiras no conhecimento e o hierarquiza, enfatizando apenas os saberes produzidos em contextos formais de educação. Neste contexto, não podemos perder de perspectiva que, muito embora as ações afirmativas tenham contribuído para trazer diversidade as universidades brasileiras, pessoas negras e indígenas ainda não são maioria nestas instituições e as pesquisas produzidas, mesmo que por pesquisadores negros, ainda partem em grande parte de pressupostos eurocêntricos (REIS et al, 2019, p. 133).

Com isso, percebe-se que a Educação Patrimonial, em particular o trabalho com patrimônio imaterial, possui um papel importante no processo de discussão sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como no processo de efetivação da Lei 10.639/2003, possibilitando a valorização dos saberes tradicionais produzidos por pessoas negras e indígenas e com isto, através de contribuições culturais ao estado, favorecer o desenvolvimento da consciência afrocêntrica em Pernambuco.

Assim, o projeto *Música e Arte Afrocentrada*, mostrou-se frutífero ao trabalhar as questões aqui explicitadas, particularmente com discentes da universidade em processo de formação docente e com a comunidade em torno da UFPE. Os produtos divulgados por meios digitais, como o podcast e os informativos no Instagram podem ainda ser um importante aliado para professores da educação básica debater os temas da Educação



Patrimonial e das relações étnico-raciais, tendo em perspectiva a construção de práticas pedagógicas antirracistas e afrocentradas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales. Prefácio. In: REIS, Maria da Conceição. ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales. BENEDICTO, Ricardo Matheus. AFROCENTRICIDADE: contribuições para pesquisas e práticas sociais no Brasil. *Publicações Especiais XI COPENE*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

ALVES, Maria Kellynia Farias. *Resistência Negra no Círculo de Cultura Sociopoético: pretagoria e produção didática para a implementação da lei 10.639/03 no projovem urbano*. Dissertação (mestrado) em Educação. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação. Fortaleza, 2015. 159f.

ASANTE, Molef Kete. *AFROCENTRICIDADE: a teoria da mudança social*. Tradução de Ana Monteiro-Ferreira, Ama Mizani e Ana Lúcia. Philadelphia: Afrocentricity Internacional, 2014, p.43-44.

ASANTE, Molefi Kete. AFROCENTRICIDADE: notas sobre uma posição disciplinar. In. NASCIMENTO, Elisa Lakin (org.). *AFROCENTRICIDADE: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p.28-29

ASANTE, Molefi Kete. *The Afrocentric Idea*. Temple University Press: Philadelphia, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 mai. 2004.

BRASIL. Presidência da República. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 29/03/2024.

BANKOE, Katherine. Mulheres africanas nos Estados Unidos. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 4).

CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. Belo Horizonte (MG): *Letramento*, 2018.

CUNHA JUNIOR, Henrique. Africanidade, Afrodescendência e Educação. *Educação em Debate* (UFC), Fortaleza, Ano 23, v. 2, n. 42, p. 05-15, 2001.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um paradigma In: NASCIMENTO, E. L. (org.) *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009. p.111 – 127.

FLORÊNCIO, Sônia Rampim et al. *Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília: Iphan, 2014.



GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. *Revista Brasileira de Educação*. N. 23. P. 75 - 85, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Movimento Negro Educador*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Por uma indignação antirracista e diaspórica: negritude e afrobrasilidade em tempos de incertezas. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, n. 26, p. 111-124, out. 2018. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/642>> Acesso em: 20/03/2024.

COSTA, Iris. Censo 2022: pessoas negras compõem mais de 65% da população de PE; veja cidades com maiores percentuais. Portal G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-municipios-de-pernambuco.ghtml>. Acesso em: 26/05/2024.

IPHAN, 2016. Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016, que estabelece as diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Disponível em portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf Acesso em: 22/03/2024.

LIMA, Cledson Severino de. *TEORIA DA AFROCENTRICIDADE E EDUCAÇÃO: UM OLHAR AFROCENTRADO PARA A EDUCAÇÃO DO POVO NEGRO*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2020.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider*. Ensaios e Conferências. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade Como um Novo Paradigma. In. NASCIMENTO, Elisa Lakin (org.). *AFROCENTRICIDADE: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p.28-29

REIS, Maria da Conceição; LIMA, Cledson Severino; NASCIMENTO, Emerson Raimundo. REFLEXÕES SOBRE O PARADIGMA AFROCENTRADO NA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA. *REVISTA SUL-AMERICANA DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO*, v. 1, p. 119-135, 2019.

SILVA, Raphael França e, SENA Flávia Mayanna Timóteo Galindo Roma de. A Experiência do Notório Saber em Cultura Popular da Universidade de Pernambuco. *GT 15 Políticas e Gestão da Educação Superior*. 2021. ISSN: 2746-8153 p. 4647 (8p.)

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileira. In MUNANGA, Kabengele (organizador). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada Afabetização e Diversidade, 2005. P. 07-204

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. *Revista Educação*, núm. 63, setembro-dezembro, 2007, pp. 489-506.

SOMÉ, Sobonfú. *O ESPÍRITO DA INTIMIDADE* – Ensinaamentos Ancestrais Africanos sobre Maneiras de se Relacionar. Editora Odyssus, janeiro 2009, p. 35.

TEIXEIRA, Alfredo. Religião, memória e cultura: perspectivas teóricas a partir de Maurice Halbwachs. Dossiê: Teorias da religião – Artigo original. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 17, n. 53, maio/ago. 2019, p.7 - p.19 - 915-935 – ISSN 2175-5841



REVISTA DA ABPN



UFPE. Resolução nº 49, de 17 de dezembro de 2021, Conselho Universitário da Universidade de Pernambuco(Consun).

UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. p.5. 2003.

Recebido em: 21.04.2024

Aprovado em: 28.05.2024